



**Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha - Bom Jesus da  
Penha - MG**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000424

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 02025/11/13000424

<b>Número / Ano</b>	000424/2025
<b>Data / Horário</b>	13/11/2025 - 10:53:43
<b>Assunto</b>	Da Advogada do Legislativo referente ao Projeto de Lei nº 21/2025 de autoria do Executivo Municipal.
<b>Interessado</b>	Mirelly de Paula Tâme Lima - Advogada do Legislativo
<b>Natureza</b>	Administrativo
<b>Tipo Documento</b>	Parecer Jurídico
<b>Número Páginas</b>	3
<b>Emitido por</b>	admin



**CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA**

**CNPJ 05.679.293/0001-07  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Projeto de Lei n.º 021/2025*

---

**PARECER JURÍDICO**

**ADVOGADA DO LEGISLATIVO**

**PROJETO DE LEI N.º 021/2025**

**EMENTA:** Dispõe sobre autorização para a permuta de bem imóvel integrante do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

**I - DO RELATÓRIO**

Foi solicitado parecer jurídico pela Presidente da Câmara Municipal acerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 021/2025 oriundo do Poder Executivo que trata autorização para permuta de bem imóvel.

**II – DO PARECER**

**2.1. Da Competência e Iniciativa**

O Projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Advogada opina favorável a tramitação do Projeto de Lei em comento.

**2.2. Da Redação**

Quanto a redação do projeto em análise, nada a opor-se.

**2.3. Da tramitação e Votação**

*1  
makina*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA**

**CNPJ 05.679.293/0001-07**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Projeto de Lei n.º 021/2025*

Preliminarmente, a proposição deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes: Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomada de Conta.

### **2.4. Da aprovação do Projeto**

O *quórum* para aprovação do projeto de Lei n.º 021/2025 será por **maioria simples** (art. 83 do R.I) e por meio de votação nominal (§2º do art. 117 do R.I.).

Ressalte-se a obrigatoriedade do Presidente da Mesa Diretora votar em projetos caso venha a dar empate nas votações (inciso III do art. 111 do R.I).

### **2.5. Do Regime de urgência**

Quanto ao pedido para que a apreciação seja realizada em regime de urgência, feito por meio da Justificativa do Projeto, cabe ao plenário deliberar e seguir os procedimentos determinados pelo Art. 100 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa.

As Comissões possuem o prazo de dez dias para emitirem parecer, sendo que compete aos Presidentes decidirem se irão reunir em conjunto ou não. (Art. 101 do R.I.)

O *quórum* para aprovação da **tramitação do projeto em regime de urgência** é de maioria absoluta dos membros da Câmara (§ 1º do Artigo 100 do R.I.), e a Câmara deve se manifestar em até trinta dias sobre o projeto (§ 2º do art. 100 do R.I).

Lembrando que em votações para aprovação do regime de urgência o presidente da Câmara ou o vereador que estiver presidindo a reunião terá direito a voto (inciso II do art. 111 do R.I).

## **III – DA CONCLUSÃO**

**Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA**

**CNPJ 05.679.293/0001-07  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Projeto de Lei n.º 021/2025*

Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

**“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) *Sem grifo no original.***

Assim sendo, em obediência às normas legais, esta Assessoria Jurídica opina pela **legalidade e constitucionalidade** do Projeto de Lei, por não vislumbrar nenhum vício de ordem legal ou constitucional que impeça seu normal trâmite.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Bom Jesus da Penha/MG, 13 de novembro de 2025.

**Mirelly de Paula Tâme Lima  
Advogada do Legislativo  
OAB/MG 97.867**